

Olhando Fotografias, enxergando história: os sargentos e a cidadania desbotada¹

O discurso fotojornalístico do *Correio Braziliense* sobre a "Revolta dos Sargentos de Brasília", 12 de setembro de 1963

Paulo Eduardo Castello Parucker *

Resumo: A proposta de estudar a cobertura fotojornalística que sobre a “Revolta dos Sargentos de Brasília” (12/09/1963) realizou o *Correio Braziliense* permite um largo espectro de reflexões. Considerei desde a perspectiva de utilização de fontes iconográficas (no caso, fotografias de imprensa) para a investigação histórica até as questões ligadas à discussão da cidadania vinculadas ao referido evento (e à mobilização política dos subalternos militares), passando pelas relações de poder na imprensa e na sociedade, particularmente na conjuntura do início dos anos 1960 no Brasil.

Palavras-chave: fotografia, sargentos, história.

Abstract: The proposal of studying the covering the pictures of the journal that on the "Revolt of the Sergeants from Brasília" (12/09/1963) it accomplished the *Correio Braziliense* it allows a wide spectrum of reflections. I considered from the perspective of use of sources pictures (in the case, press pictures) for the historical investigation until the subjects linked to the discussion of the citizenship linked to the referred event (and to the military political mobilization of the subordinate ones), going by the relationships of power in the press and in the society, particularly in the conjuncture of the beginning of the years 1960 in Brazil.

Keywords: picture, sergeants, history.

1963: os Sargentos de Brasília

Após uns 6 meses sem chuvas, a poeira vermelha daquela quarta-feira, 11 de setembro de 1963, dava ao ar de Brasília um leve gosto de terra. Isso quase combinava com o cheiro de madeira, cimento e suor que provinha dos inúmeros canteiros de obras espalhados pela Capital recentemente inaugurada, mas ainda em construção. Por volta das 17 horas, na casa 27 da Quadra 40 da Avenida W-3, uma 'república de sargentos' conhecida por muitos como o "Covil dos Inocentes", o sargento Prestes de Paula receberia um telefonema. A ligação dava conta de que o Supremo Tribunal Federal - STF, havia pouco, finalmente decidira-se sobre o processo movido contra a eleição do sargento Almoré Zoch Cavalheiro, no Rio Grande de Sul, no pleito ocorrido no ano anterior.

Objetivamente, a chamada “questão da elegibilidade dos sargentos” foi motivada pela falta de clareza redacional dos dispositivos pertinentes da Constituição de 1946 (art. 132 e seu parágrafo único *c/c caput* do art. 138). Aos oficiais, era certo que podiam votar e ser votados. Às praças até a graduação de cabo também não restava dúvida: nem podiam votar nem ser

votadas. Aos escalões entre uns e outras, os sargentos, a redação confusa deixava em aberto a questão: seriam inelegíveis ou seriam a exceção dentro da inelegibilidade às praças? Coube ao Supremo Tribunal Federal dirimir a dúvida em 1963, ao decidir sobre um caso concreto.

No entanto, para desgosto daqueles graduados, a Suprema Corte posicionara-se de forma contrária à elegibilidade, atingindo frontalmente as pretensões do grupo. Grupo esse, a propósito, já então formalmente organizado em clubes e associações atuantes país a fora, que contava inclusive com representante eleito e atuante na Câmara dos Deputados, e cuja identidade como grupo muito em breve ganharia contornos surpreendentes.

Poucas horas depois, sob o comando de Prestes de Paula, sargentos da Aeronáutica e da Marinha, e muitos cabos e soldados sob suas ordens, tomavam de assalto alguns pontos estratégicos da Capital, em protesto contra aquela decisão do STF. O edifício do Ministério da Marinha, a Base Aérea de Brasília, o Grupamento de Fuzileiros Navais, estações de rádio, a central policial de radiopatrulha, aos poucos a cidade vai sendo ocupada por militares. Praças, não oficiais. Entre os presos pelos rebelados, contavam-se numerosos oficiais, além do presidente em exercício da Câmara dos Deputados e de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Em alguns dos aparelhos de rádio sob controle dos sargentos, foram lidos comunicados assinados por um 'Comando Militar Revolucionário de Brasília'. O protesto ia ganhando dimensões inusitadas.

Na Esplanada dos Ministérios, raiava o dia 12. Entre o prédio do então Ministério da Guerra (hoje Comando do Exército) e o da Aeronáutica, o soldado fuzileiro naval Onofre, abrigado em um desvão do terreno após uma primeira investida rechaçada por oficiais, pôde ver claramente seu colega Divino cair na calçada, ferido por uma rajada de metralhadora. Colocado em um improvável táxi que atravessava o tiroteio, o fuzileiro Divino não resistiu aos ferimentos, tendo falecido ainda antes de chegar ao Hospital Distrital, a menos de cinco quilômetros dali. Noutro local, mais distante, na saída da cidade em direção a Belo Horizonte e Rio de Janeiro, tombava outra vítima fatal, José Francisco de Moraes, civil, motorista do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), metralhado por um fuzileiro naval que bloqueava a rodovia, sob ordens dos rebelados. O levante, como se percebe, não foi mera peça de retórica².

Nesse mesmo dia 12 em edição extraordinária, e nos dias que se seguiram, o principal jornal da capital federal recém-inaugurada, *Correio Braziliense*, assim como muitos outros órgãos de imprensa, trouxe matérias textuais e algumas fotografias sobre o evento. Qual terá sido a natureza dessa cobertura fotojornalística? Como os sargentos rebelados nela aparecem?

Como é situado nessa narrativa o levante, em termos de sua motivação, seus objetivos e impacto político?

Tais questões interessam para a reflexão não apenas sobre o evento em si, o levante dos subalternos militares, ainda pouco explorado pela historiografia³. Cabem, com propriedade, em reflexões sobre o papel da imprensa nos embates políticos que modulam a vida em nossa sociedade. Importam, inclusive, para refletir sobre a própria perspectiva de utilização de imagens, fontes iconográficas, como apoio para a pesquisa histórica. Questões em torno de identidade social e participação política daqueles subalternos militares são aqui consideradas desde uma perspectiva ampliada de História Cultural, que nos remete a noções de representação, símbolo, poder, hierarquia. Como temática de referência para a discussão estão os embates entre diferentes visões e estatutos da cidadania, que então estavam postos e que, quem sabe, podem nos dizer algo a respeito dos dias de hoje.

Sargentos e Memória

Aspecto relevante a registrar no tocante ao tema do levante dos sargentos diz respeito à relação entre memória e história. Penso especificamente na discussão encaminhada por Michael Pollak acerca da memória, do que ele chama de memórias subterrâneas e do processo de enquadramento da memória⁴. Tome-se, por exemplo, a forma superficial com que a historiografia tem se reportado ao evento dos sargentos em setembro de 1963, ou aos acontecimentos envolvendo marinheiros amotinados em março de 1964 no Rio de Janeiro. Salvo algumas exceções⁵, ambos os distúrbios têm sido mencionados quase que apenas *en passant*, como motivadores indiretos do golpe político-militar de março/abril de 1964. Estamos, assim, diante de um processo de enquadramento da memória com vistas à construção da memória nacional.

Parece-me importante resgatar essa parcela de memórias subterrâneas que, salvo engano, não chegam a gozar das melhores acolhidas nem à direita nem à esquerda. À direita, excetuado o fato excessivamente explorado da quebra de disciplina e hierarquia a motivar a oficialidade à derrubada do presidente Goulart, não chega a ser atrativa a discussão sobre as condições em que viviam (vivem?) aqueles *cidadãos de segunda categoria*. Essa impressão, a de integrar um corpo de *meios-cidadãos*, não seria incomum entre os graduados, que partilhavam o desagrado por não poderem, como os demais cidadãos (os oficiais, seus superiores hierárquicos, inclusive) votar e ser votados, mas desagrado também pelos rigores discriminatórios dos regulamentos disciplinares e mesmo por precisarem de permissão dos

superiores para casar. À esquerda, percebe-se algum desconforto na discussão sobre o caráter possivelmente golpista do levante e mesmo sobre seus impactos no âmbito da instituição militar, para não mencionar o espectro de 'culpados' que paira sobre esses subalternos politizados pelo desenlace do golpe militar de 1964. De outra parte, o próprio discurso da corporação militar evita aprofundar-se no assunto, relegando-o a notas breves em torno dos antecedentes do movimento político-militar de 1964.⁶

Seguindo as ricas indicações de Pollak, importa considerar a natureza não acidental desse silêncio (ou do discurso institucional lacônico) sobre a mobilização dos baixos escalões militares: "... um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação"⁷.

Essa questão nos remete de imediato a outra, relacionada aos usos políticos do passado, seja ele recente ou remoto. Não sendo consensual na comunidade de historiadores, é, no entanto, corriqueira a concepção de que a história não é neutra. O resultado da pesquisa histórica, segundo essa concepção, é carregado de subjetividade e, não raro, de *parti pris*, de parcialidade política. Isso em muito se deve à íntima relação entre memória e identidade social, bem como à própria natureza flutuante e mutável da memória, e do fato de ser ela socialmente construída⁸.

Sabemos, desde os pioneiros estudos de Maurice Halbwachs, que a memória, individual ou coletiva, envolve uma tensa relação entre repetição e rememoração, que aponta para o processo de sua revisão.⁹ Trata-se de considerar aqui o grau de criação ou de deformação que se inscreve naquele processo. Com a respeitável bagagem psicanalítica de que dispõe como clássico biógrafo de Freud, Peter Gay desenha uma imagem bastante eloqüente a respeito:

*A memória, como sabemos, é o dócil ministro do interesse próprio, e a memória coletiva, neste como em outros aspectos, é igual à memória dos indivíduos. Grande parte da memória coletiva é uma distorção conveniente ou uma amnésia de idêntica conveniência; freqüente tarefa, até em demasia, do historiador tem sido a de auxiliar sua cultura a lembrar fatos que não ocorreram, a esquecer eventos que existiram. A cultura quer um passado que possa usar.*¹⁰

A propósito, Marieta de Moraes Ferreira nos aponta com clareza que "a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém". A questão política que aí subjaz é explicada a partir dos próprios mecanismos da memória: "... na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós."¹¹ Essa breve digressão em torno das

questões ligadas à memória e às forças do presente na construção da história foi feita para lembrar que o tema dos sargentos nos remete ao cerne da máquina estatal de preservação da ordem social. Em situações específicas, como foi aquele 12 de setembro de 1963, essa máquina pode não operar como esperado. Entender esses momentos de ruptura também ajuda a entender os de continuidade.

História e Fotografia

Meu interesse pelo tema dos subalternos remonta ao mestrado iniciado em 1988 no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF, do que resultou, em 1992, a dissertação "Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964".¹² Ali, as fontes principais foram processos judiciais contra praças no âmbito da Justiça Militar, especialmente em razão do levante dos sargentos; pesquisei também a cobertura jornalística da época, numa perspectiva tradicional de coleta de dados em fontes secundárias; lancei mão, também, de entrevistas orais com cinco participantes do movimento. Busquei, naquela oportunidade, descrever tanto o movimento político mais amplo dos baixos escalões das Forças Armadas, em torno de questões ligadas à cidadania, como o próprio evento, a sublevação de guarnições na Capital Federal. Aqui, utilizei a dissertação como substrato, base de informações históricas para reflexões de outra ordem.

A proposta não é repetir o estudo já realizado, requeitando um tema explorado previamente para poupar o esforço da pesquisa. Embora retornando aos sargentos rebelados de 1963 em Brasília, trato-os, aqui, a partir de uma outra perspectiva, voltada a identificar o discurso fotojornalístico que sobre eles foi elaborado. Em 1992, eu estava preocupado em recolher informações e organizá-las de modo a suprir uma lacuna historiográfica, em contar (sob minha perspectiva) a história do movimento dos sargentos e da própria rebelião levada a cabo em Brasília. Década e meia depois, busco identificar como o fato foi visto e contado pela imprensa (ou melhor, parte dela), especialmente através das fotografias que acompanharam as reportagens noticiosas do jornal *Correio Braziliense*. Do ponto de vista do ofício do historiador, é certo que, em relação à imagem fotográfica, não se trata do documento em seu formato tradicional, mas nem por isso ele é menos revelador de aspectos do passado. Aproximo-me, assim, dessa história por outra via, um caminho de imagens institucionalmente produzidas, carregadas de sentidos, que forjam representações acerca da realidade.

Atualmente, utilizar fotografias como fontes para a pesquisa histórica já não chega a ser nenhuma inovação acadêmica. No entanto, nem sempre esse uso foi pacífico, como atesta

Boris Kossoy, segundo o qual "... não haveria exagero em dizer que sempre existiu um certo preconceito quanto à utilização da fotografia como fonte histórica ou instrumento de pesquisa". Segundo esse autor, razões de ordem cultural — como a força da tradição escrita na transmissão do saber e a dificuldade na análise e interpretação de informações que não sejam transmitidas "segundo um sistema codificado de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita" —, estariam na base de tal resistência.¹³

Há ainda um peso muito forte do positivismo no âmbito do conhecimento histórico. É preciso lembrar, como Gil Oliveira, que a chamada "revolução documental" advinda da criação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929, não tem ainda um século de existência, e que a utilização da iconografia só se expandiu a partir dos anos 60 do século XX.¹⁴ Há, evidentemente, peculiaridades e cuidados especiais que devem ser observados no trato de fotografias como fontes históricas. No entanto, cabe a pergunta: qual tipo de fonte não exige seus cuidados e não tem suas peculiaridades? Ciro F. S. Cardoso, historiador brasileiro de reconhecimento acadêmico internacional, não se furta a apontar que "a crítica dos testemunhos não-escritos não difere, em sua essência, da crítica histórica tradicional"¹⁵.

Dentro da tipologia tradicional relativa às fontes de investigação histórica, a fotografia insere-se na classificação de fonte icônica, a diferenciar-se, por exemplo, de outros tipos de fonte: escrita, oral, material/objeto etc. Nesse aspecto de fonte icônica, pode ainda ser classificada em dois subgrupos, as fontes iconográficas originais e as fontes iconográficas impressas, dos quais o segundo é o que nos interessa mais de perto neste momento. Dentro desse segundo subgrupo, caberiam ainda alguns recortes. No caso presente, em relação ao modo de sua reprodução (técnicas litográficas, xilográficas etc.), tratamos de privilegiar o processo fotomecânico, possível com a criação do *halftone* (meio-tom), como a fototipia, entre outras técnicas contemporâneas.¹⁶ Por fim, quanto ao veículo de comunicação (livros, revistas, cartazes etc.), privilegiamos aqui o jornal.

Uma forma diferente de considerar a fotografia como fonte histórica é percebê-la em sua dupla natureza, de "matéria e expressão", isto é, de artefato e de registro visual.¹⁷ Considerando que o jornal consultado reproduziu as imagens em milhares de exemplares, esvaziando a relevância do documento fotográfico (artefato) para ressaltar a das próprias imagens reproduzidas (registros visuais), estarei realçando neste artigo menos seu caráter material e mais o seu caráter imagético, visual. Não há, contudo, como separar ambas as naturezas, inerentes que são, tal como forma e conteúdo, à fotografia como fonte histórica.

Aspecto particularmente interessante da fotografia, em especial a fotografia de imprensa (fotojornalismo), é o que relaciona a imagem à realidade por ela registrada. Desde o advento da fotografia, em meados dos oitocentos, e do fotojornalismo, no início do séc. XX, há um forte traço de identificação — não *necessariamente* de identidade — entre a fotografia e o fotografado, entre a imagem (fragmento congelado da realidade em determinado espaço e tempo) e a própria realidade vivida. É como se o fato de a imagem fotográfica resultar objetivamente de um procedimento físico-químico (a captura de uma imagem e sua fixação em dado suporte) obstruísse a percepção de que foi aquele e não outro qualquer aspecto da realidade o que foi subjetivamente escolhido (e, em igual medida, que foi tecnologicamente possível registrá-lo).

Essa peculiaridade da fotografia, de induzir o seu receptor à crença de estar diante da realidade objetiva, sem interferências ou mediações, confere uma credibilidade documental a essa fonte. Essa credibilidade pode até ter, mas não necessariamente tem, vinculação com a realidade, a ponto de constituir o que foi chamado de "paradigma da fotografia como *testemunha espontânea*".¹⁸ Em boa parte, essa suposta credibilidade e imparcialidade da fotografia provém de sua "condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências",¹⁹ como se "... a própria luz escrevesse sobre a superfície sensibilizada da chapa fotográfica sem a menor intervenção humana".²⁰ Desmistificando implacavelmente essa ilusão, Cássia Gonçalves alerta:

*As possibilidades de manipulação antes e depois da realização do registro, como o arranjo da cena a ser fotografada e a trucagem feita no laboratório, forjando assim o real segundo interesses específicos, bem como a visão de mundo do fotógrafo levando à construção de um sentido, são pontos sempre levantados com relação à objetividade da imagem fotográfica.*²¹

Trazendo ainda mais a discussão para o lado do fotojornalismo e aprofundando a crítica à suposta credibilidade da fotografia, podemos aduzir a relevante observação de um fotógrafo de imprensa ao refletir academicamente sobre seu ofício:

*... o repórter fotográfico, pautado por eventos específicos da vida social, tem de recortar uma cena e escolher seus personagens, segmentando a ação em momentos específicos, interferindo na realidade registrada, fazendo com que suas fotografias encerrem índices de sua relação subjetiva com os fatos. Além disso, a fotografia de imprensa aparece sempre em um contexto, cercada pelas matérias, manchetes e legendas, [a conferir-lhe um significado direcionado], visando, muitas vezes, defender as linhas editoriais dos respectivos veículos ou as idéias preconcebidas de seus editores (...)*²²

Assim, destaco especialmente o caráter de escolha que existe em cada registro do fotojornalismo para concluir essa rápida discussão sobre fotografia como fonte histórica. A

essa *escolha* posso relacionar a noção de *representação*, tão cara à História Cultural. Refiro-me aqui ao fenômeno da constituição de um discurso sobre a realidade, que é obviamente diferente da própria realidade, e que, mais do que identificar aspectos dessa realidade, informa sobre a maneira pela qual o produtor desse discurso vê e traduz o mundo. As escolhas feitas pelo jornal, portanto, muito podem nos dizer sobre o modo pelo qual o veículo de comunicação e as forças sociais que o dirigem vêem e pretendem fazer com que seja visto o mundo ao redor.

Fotojornalismo e discurso

Uma peculiaridade adicional à fotografia como fonte histórica advém, no caso da presente pesquisa, de o *corpus* documental se tratar de fotografias de imprensa ou, mais precisamente, de fotojornalismo. Aqui, em relação à estrutura metodológica da pesquisa, sigo acompanhando a proposta de Gil Oliveira, historiador que, ao navegar por tais mares, assim registrou suas reflexões:

*Ao se utilizar a produção fotojornalística de um órgão de imprensa como objeto e principal fonte primária de uma investigação histórica, torna-se necessário analisá-lo à luz de conceitos que possam dar conta de suas características intrínsecas enquanto representação socialmente elaborada e historicamente determinada.*²³

Refere-se ele, especificamente, aos conceitos de cultura, ideologia e hegemonia, por meio dos quais se chega a compreender de modo mais profundo e abrangente as relações de poder e as condições históricas em que se dão os conflitos no âmbito da sociedade. Cultura é tratada, nesse contexto, como o processo social de construção do modo de vida de uma dada sociedade; ideologia refere-se ao sistema de crenças e, mais genericamente, aos significados historicamente associados a determinadas visões de mundo; hegemonia, por seu turno, traduz-se na combinação das forças políticas, econômicas, sociais e culturais articuladas para o exercício do poder, sempre em relação a uma formação histórica dada.

Eis aí parte do quadro conceitual no qual situo as reflexões a partir do recurso ao fotojornalismo como fonte histórica. Ainda completarão esse quadro a discussão metodológica propriamente dita a respeito do recurso à fotografia na pesquisa histórica e, considerando a questão pela perspectiva da mensagem fotográfica, o suporte interpretativo da Análise de Discurso.

Pelo lado das referências à Análise de Discurso, realizo uma primeira aproximação à lingüística, campo intensamente explorado pelo instigante pensamento foucaultiano, guiado aqui principalmente pelas profícuas reflexões de Eni Pulcinelli Orlandi.²⁴ Nesse caso,

cometendo uma apropriação metodológica arriscada, procuro associar mensagens visuais advindas das fotos publicadas no jornal a uma espécie de texto, o qual seria, por seu turno, constitutivo de um discurso, objeto da referida análise.

Pelo lado da consideração do fotojornalismo em seu caráter imagético, as referências teóricas aproximam-se da iconologia de Erwin Panofsky e da semiótica de Sanders Pierce, Hjelmslev e Umberto Eco, a partir da mediação de Pepe Baeza, Boris Kossoy e Ana Maria Mauad de S. Andrade.²⁵ Sem pretender um aprofundamento maior sobre cada um desses métodos, entendo relevante o detalhamento de suas linhas gerais. Trata-se, em suma, de considerar, seja cada fotografia de *per se*, seja o próprio conjunto de fotografias, como um objeto que, para ser devidamente compreendido, deve passar por um processo de três fases, a saber: uma etapa descritiva da imagem em seu suporte físico, uma etapa descritiva da imagem em relação a seu contexto histórico e uma etapa interpretativa dos sentidos e significados em torno dessa imagem (ou do conjunto de imagens). Para cada uma dessas etapas, há uma série de procedimentos e critérios a serem sistematicamente observados, visando transformar a(s) imagem(ns) em objeto de uma análise percuciente, a mais metódica possível. Aqui, assim como em relação à Análise de Discurso, não procurei senão uma primeira aproximação a esse viés metodológico, sem a preocupação de seguir a ferro e fogo seus ditames operacionais.

A descrição e a análise das fotografias constantes da cobertura jornalística do evento, pelo *Correio Braziliense*, como assinalado anteriormente, encontram-se na monografia anteriormente referida.²⁶ Importa reter, desse trabalho analítico-descritivo, sua característica mais evidente, que mais adiante será retomada: a ausência dos sargentos nas fotografias.

Um discurso sobre os Sargentos de Brasília

Retomando o fio da apresentação, eu diria, em poucas palavras, que o objeto da presente pesquisa acadêmica foi identificar e discutir o discurso fotojornalístico elaborado pelo jornal *Correio Braziliense* sobre o evento histórico conhecido como Revolta dos Sargentos de Brasília, de 12 de setembro de 1963. Esse objeto atende a uma tripla finalidade: refletir sobre o próprio evento, sobre o papel da imprensa no processo histórico e sobre a perspectiva de utilização de fotografias de imprensa como fonte para a investigação histórica.

A pesquisa levada a cabo teve a seguinte hipótese norteadora: a cobertura fotojornalística do *Correio Braziliense* sobre a Revolta dos Sargentos de Brasília constituiu-se em um discurso, o qual, em função da sua peculiar origem político-institucional, aponta para o

desvanecimento do conteúdo da demanda por cidadania contida no gesto dos subalternos rebeldes.

De um modo geral, o que cerca de vinte fotografias integrantes daquela cobertura jornalística podem nos dizer? Depois de analisá-las, pude perceber que, nelas, os sargentos quase não aparecem, ao contrário do aparato repressivo que sobre eles foi posto em marcha.

Creio que, aqui, valeria a pena determo-nos brevemente sobre uma das fotografias, na edição de 18 de setembro de 1963. A imagem, acompanhada de uma legenda nada curta, apresenta dezenas de capacetes empilhados ao lado de dezenas de fuzis, baionetas, duas metralhadoras de solo e algumas submetralhadoras de mão. A legenda, cujo título é "ADEUS ÀS ARMAS", informa:

Nada teve a ver com o romance famoso deste mesmo título o final melancólico da intentona dos sargentos, em Brasília. O que importa, no entanto, é que o fato representou o fim de uma luta fratricida que, felizmente, nem mesmo chegou a se ferir [sic] como ação militar. Exatamente como no caso da famosa batalha de Itararé — "a maior batalha terrestre que não houve" — durante a Revolução de 1930, a revolta dos sargentos, de alguns dos sargentos, diga-se, aquartelados na Capital Federal, nem começou. E o seu resultado bélico aí está documentado na foto que o clichê reproduz: alguns fuzis, capacetes de campanha e fuzis-metralhadoras apreendidos pelas forças legalistas após a rendição incondicional dos rebeldes.²⁷

O tom jocoso e desqualificador que o jornal usa ao referir-se à ação dos sublevados fica evidente. A desqualificação, inclusive, vem não apenas pelo ridículo que é vinculado ao gesto como pela associação do ato com dois fracassos: a "batalha que não houve" e a sublevação comunista de 1935, que passou para a historiografia com o nome de Intentona, um plano insensato, um intento insano.



Reprodução do *Correio Braziliense* de 18 de setembro de 1963, pág. 6.

Fonte: CEDOC/Correio Braziliense

Essa foto do armamento apreendido dos rebeldes merece, de fato, uma atenção mais detida. Durante todo o período pesquisado (setembro-outubro/1963), ela terá sido a última em que a temática da sublevação é explícita, ainda que, como já antecipei, por meio de associação de idéias ou referências indiretas, possamos percebê-la presente em outros momentos. Antes de mais nada, é reveladora e eloqüente a quase completa ausência de sargentos rebelados no material iconográfico selecionado para a pesquisa. Nessa foto do armamento (18/09/63), a ausência é total, embora paradoxalmente, pela evocação, os sargentos derrotados estejam ali de modo mais presente. Se eles estão, sem embargo sua presença se dá em condições de invisibilidade e de silenciamento: o gesto da sublevação aparece, nesse contexto, tão somente como um ato insano e tresloucado (para ficarmos numa expressão tão ao gosto da crônica de costumes, mas também da crônica política), sem corpo e sem voz.

A cidadania mutilada daqueles homens em nenhum momento chegou a ser objeto de reflexão no campo iconográfico. Ao contrário, por meio de uma presença quase fantasmagórica, o que vemos ali é uma cidadania desbotada, desvanecida, objeto de um apagamento discursivo sutil porém eficaz. A questão que teria motivado o levante, a saber, a decisão judicial denegatória da elegibilidade dos sargentos, não é trazida à cena em momento algum, ao contrário do aparato repressivo e do mítico 'pronto restabelecimento da ordem', que tem presença garantida na integralidade da cobertura jornalística. Sem pretender generalizar e identificar uma tendência a partir de um dado particular, vale, no entanto, enfatizar que os sargentos sublevados, no tratamento fotojornalismo pelo *Correio Braziliense*, no período de setembro e outubro de 1963, foram levados a desempenhar um papel de meros temperamentais ingênuos, cuja pretensão fora manipulada por agentes da subversão para aprofundar a crise política necessária para um golpe contra a República. Como tal, esse personagem não poderia ter cara, voz ou razão.

Olhar fotografias, ver História

Olhar fotografias, enxergar história: eis aí um aspecto a merecer a devida consideração. Nesse campo, quero especialmente enfatizar a possibilidade de explorar e discutir o conhecimento sobre o passado com o suporte de imagens registradas pela fotografia. O recurso à fotografia, com as peculiaridades do fotojornalismo, possibilita-nos evidenciar o modo pelo qual o jornal constrói sua representação acerca de certos recortes da realidade. Ainda nos permite discutir o conteúdo político dessa representação e, por extensão, refletir sobre esse fenômeno em relação ao nosso presente.

Como afirma Eni Orlandi, "... na perspectiva da análise de discurso, tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc."²⁸ Ora, dessa ótica, percebe-se que tanto o gesto dos sublevados, realizando o protesto armado ou mesmo iniciando o processo insurrecional, quanto a repressão à revolta pelas forças legalistas, e mesmo a cobertura fotojornalística que sobre o evento realizou o *Correio Braziliense*, tudo isso são atos sociais, com suas próprias implicações em termos de conflitos, relações de poder etc. Quando os sargentos decidem tomar as principais unidades militares da Capital Federal, eles tomam para si a palavra, expressam seu inconformismo, revelam contradições no bojo do aparato estatal da ordem e constituem-se como sujeitos de um determinado processo histórico. Quando a repressão é desencadeada imediatamente sobre o movimento, a ordem toma a palavra de um modo peculiar, expressando a unilateralidade e o sentido socialmente hierarquizante de sua visão de mundo. Quando o jornal expõe, em suas fotografias, um determinado modo pelo qual sargentos e a repressão aparecem, toma para si a palavra, a partir de um ponto de vista distante da suposta neutralidade ou imparcialidade em relação às disputas.

Os conflitos que aí se desenvolvem, o reconhecimento (ou a falta dele) em relação às identidades em jogo, as relações de poder presentes, explícita ou implicitamente, tudo isso acontece em um determinado quadro histórico, em uma precisa formação social, obedecendo tanto aos influxos conjunturais quanto às determinações de corte mais estrutural. Trata-se, portanto, de perceber todo esse processo como um complexo conjunto de influências recíprocas. Não há, aí, vias de mão única por onde transitam os sentidos conferidos pelos sujeitos, mas sim uma rede na qual, por vezes, é possível identificar a variedade de vozes e sentidos, construídos a partir dos embates entre as forças sociais e das relações de poder que a cada momento se estabelecem e que estão sempre em transformação.

Os sentidos são múltiplos, variam conforme o discurso, sua enunciação e seu contexto histórico-social. É o que se chama de polissemia. De outro lado, até mesmo em razão dessa multiplicidade e variabilidade dos sentidos, não se pode deixar de reconhecer que há uma sedimentação de certos sentidos, uma legitimação em termos institucionais, uma repetição ou permanência de um mesmo sentido sob formas diferentes. É o que se chama de paráfrase (ou processo parafrástico).²⁹ Na análise de discurso, importa, assim, considerar tanto os processos polissêmicos quanto os parafrásticos, e a própria tensão entre ambos, de modo a não perder as dimensões diferentes porém simultâneas em que se dá o processo maior de significação ou de atribuição de sentidos.

No caso ora sob análise, é possível identificar a polissemia na consideração do gesto rebelde como protesto, como insurreição ou como subversão, de acordo com o lugar de onde é proferido o discurso ou o sujeito que a ele se refere. De outro lado, identifica-se o discurso parafrástico, por exemplo, na qualificação do gesto dos sublevados como "intentona"³⁰, ecoando a repressão ao movimento comunista da Aliança Nacional Libertadora fracassado três décadas antes e todo o processo de desqualificação e silenciamento imposto institucionalmente sobre os revolucionários de 1935.

Um outro modo de considerar essas nuances é tomar o pressuposto de que "... a imagem em geral e a fotografia em particular não é um tipo de mensagem objetivo, nem universal e nem sequer evidente em sua aparência (...)"³¹. A leitura dessa peculiar forma de expressão exige plena consciência da ambigüidade que acompanha a linguagem, fazendo-a instauradora do mundo (como arte) e desveladora do mundo (como conhecimento).³² A produção do discurso se faz na articulação dos processos parafrástico e polissêmico; compreender essa tensão é o que permite, por outro caminho, dar conta daquela ambigüidade: "... porque a linguagem é sócio-historicamente construída, ela muda; pela mesma razão, ela se mantém a mesma".³³

Mas, tendo por base as reflexões de Eni Orlandi sobre a análise de discurso, há observações importantes a fazer a propósito da atribuição de sentidos, em relação à perspectiva de leitura da linguagem fotográfica. Primeiramente, "... as palavras não significam por si mesmas mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que as falam. Sendo assim, os sentidos são aqueles que a gente consegue produzir no confronto de poder das diferentes falas."³⁴ Outro dado a considerar: "Não é só quem escreve que significa; quem lê também produz sentidos. E o faz não como algo que se dá abstratamente, mas em condições determinadas, cuja especificidade está em serem sócio-históricas (...)"³⁵. Por fim, cabe assinalar que "... a sedimentação de processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se então como centro (...)"³⁶. Não há motivo pelo qual não se possa compreender tudo isso também em relação às imagens, cuja instabilidade de sentidos, por sua própria natureza de linguagem icônica, é ainda mais patente.

Desse modo, parece plausível a hipótese norteadora da pesquisa, de que a cobertura fotojornalística do *Correio Braziliense* constituiu-se em um discurso, aliás, um discurso bastante específico. Tal discurso, em virtude de sua origem institucional, assumiu o viés conservador, sustentado pelas elites, sejam elas da fração governista, ligada ao PSD, como o

diretor dos Diários Associados José Maria Alkmin, sejam elas da fração oposicionista dos liberais ligados à UDN, como o dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand. Nesse caso, há todo um processo de atribuição de sentidos no qual o gesto da sublevação é considerado apenas sob a perspectiva da desordem, da quebra dos basilares princípios militares da hierarquia e da disciplina. A cobertura fotojornalística, portanto, colabora para a sedimentação e legitimação desse peculiar sentido atribuído ao evento.

Os Sargentos e a cidadania desbotada

A vinculação entre a temática dos sargentos e a da cidadania é outro aspecto a merecer considerações. Antes de mais nada, cabe lembrar que essa é uma relação ainda hoje carregada de tensões, como sinalizam as mobilizações salariais que não raro eclodem nas polícias militares (que, embora de âmbito estadual, são constitucionalmente consideradas forças auxiliares e reserva do Exército³⁷).

Como os sargentos apareceram na cobertura fotojornalística aqui referida? Como um grupo de quem se fala mas quase não se vê. Há uma invisibilidade desse grupo nas fotos estudadas. Ele praticamente só aparece referenciado nos textos escritos (as manchetes, os artigos, as legendas), mas sua imagem, contrariamente à das forças da ordem que reprimem o movimento, não é dada a ver. O desdobramento da consideração dessa invisibilidade do grupo de sargentos rebelados é a reflexão sobre a extrema visibilidade das forças repressivas. Por um lado, vemos uma profusão de tropas em ação, equipamentos, armamento pesado, tudo parecendo afirmar a ordem a impôr-se frente a qualquer ameaça. Por outro lado, a cobertura jornalística enfatiza a associação entre as forças da sublevação e o governo de Goulart, embora tal ênfase ocorra apenas no plano dos espaços textuais escritos, especialmente os editoriais, e não no das imagens visuais.

Já foi mencionado anteriormente o caráter limitado da cidadania na conjuntura 1945-1964. Pois esse caráter limitado, ainda assim, para os setores alarmados com o franco crescimento eleitoral das forças nacionalistas-reformistas terá parecido excessivo. O que estava em jogo era não apenas a disputa em torno desses limites, vale dizer, do conjunto de práticas sociais, mas também as contendas relacionadas às representações elaboradas pelos diversos atores sociais.

Nesses termos, o movimento dos sargentos procurava ampliar os estreitos limites aos quais estavam circunscritos seus direitos políticos, isto é, sua precária participação como

cidadãos no governo da sociedade. A luta por tais condições bem caberia nas palavras que José Murilo de Carvalho usou para discutir participação política e cidadania:

... [a] capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. (...) Os direitos políticos têm como instituições principais os partidos políticos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade".³⁸

Tamanha mudança deveria fazer-se acompanhar de alterações de fundo no campo das representações, o que equivaleria à tentativa de superarem a condição de *cidadãos de segunda categoria*. Nessa luta, a decisão do STF contrária à elegibilidade selava e lacrava a passagem desejada pelos subalternos. Sua reação, assumindo a forma do protesto armado, foi visualmente narrada de modo que a referência às questões ligadas à cidadania foi bastante esvaziada desse conteúdo político. Se visualmente o movimento seria encoberto pela ordem repressiva, textualmente assumiu o tom de uma farsa (referenciada, por exemplo, na menção à batalha de Itararé³⁹), conduzida por agentes da subversão a manipular uma massa de manobra composta de ingênuos militares, sob os auspícios de um governo leniente, quiçá mal-intencionado.⁴⁰

Nesse sentido é que afirmo ter a cobertura fotojornalística do *Correio Braziliense* ao evento dos sargentos sido feita enquadrando-o em um modelo estéril e inócuo de protesto. A carga de cidadania que movia aquela demanda não foi sequer esboçada visualmente. Sua intensidade é desviada, suas cores são esmaecidas, daí falar em cidadania desvanecida, desbotada. Em termos de luta pela construção de uma identidade social característica, a cobertura fotojornalística do *Correio* praticamente desconstrói a noção de que "sargento também é povo", desqualificando o movimento e instrumentalizando-o para galvanizar apoios dentro do espectro conservador da sociedade.

Esse raciocínio pode não ter como passar por um processo "científico" de testagem, mas tem como ser aferido em termos relativos. Isto é, pode ser objeto de uma reflexão comparativa, a partir do contraste da cobertura fotojornalística do *Correio* com outras, similares. Se no *Correio Braziliense* a impressão é de invisibilidade sobre os subalternos politizados, em outros órgãos da imprensa pode ter sido diferente.

Outro jornal de cunho tradicionalmente conservador, *O Estado de São Paulo* publicou uma fotografia de Reginaldo Manente, intitulada "A revolta dos bombeiros de São Paulo", a qual recebeu Voto de Louvor do Prêmio Esso de Fotografia de 1962.⁴¹ Nessa fotografia, aparecem, em close, bombeiros militares, uniformizados, de quepe com aba dura, em uma cena tensa, onde o da direita está chorando, contido ou amparado por outro. Sob a foto, consta

breve contextualização: "Greve dos bombeiros de São Paulo por melhores salários terminou em passeata. O Comandante da Força Pública classificou o ato de "baderna" e deu ordem de prisão a todos os manifestantes".



Foto de Reginaldo Manente; fonte: Agência Estado (AE)

Importa assinalar, com a comparação, que esse novo personagem no cenário político brasileiro, o subalterno militar, nos anos iniciais da década de 1960 podia ter — e de fato tinha — um rosto, uma identidade própria a ser apresentada para a sociedade. Mostrar esse rosto ou escondê-lo fazia parte dos discursos em luta por afirmação.

Outro aspecto relevante a considerar, ainda em referência ao Prêmio Esso de Fotografia, é que a premiação com Voto de Louvor do ano de 1960 foi para o fotógrafo Campanella Neto, com a foto "Furo fotográfico do ano sobre os acontecimentos de Aragarças". A imagem mostra dois homens em primeiro plano, voltados para o lado esquerdo da foto, ambos com as mãos cruzadas sobre a cabeça. O da frente, de camisa clara de mangas arregaçadas e cinto de cartucheira com coldre lateral encoberto pelo seu corpo, traz no rosto uma expressão dramática, um esgar de dor ou de contrariedade. Ao fundo, próximo do segundo homem perfilado, de olhar voltado para o chão e sem camisa, aparece um soldado de uniforme camuflado, capacete de campanha e segurando com as duas mãos seu fuzil cruzado à frente do peito. O grupo aparece sobre um piso de terra aplainada, tendo à margem, no horizonte, uma densa vegetação nativa (arbustos, mato e árvores). A legenda da compilação das premiações Esso assim situa a foto:

Um grupo de oficiais da Aeronáutica, descontentes com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, tentou iniciar um movimento de rebelião, a partir de Aragarças, em Goiás,

*para derrubar o Governo. Campanella Neto conseguiu registrar o momento da rendição do grupo às tropas leais ao Governo.*⁴²

Cabe assinalar, aqui, que a rebelião militar deflagrada por oficiais da Aeronáutica ganhou as páginas de órgãos da imprensa; nesse caso específico, o veículo foi "Mundo Ilustrado". Ao não mostrar os subalternos rebelados de Brasília, a cobertura fotojornalística do *Correio Braziliense* pode ter tido apenas a falta de sorte de não contar com um fotógrafo presente no local certo, na hora certa. Mas também pode ter sido intencionalmente apresentada de forma a não mostrar os rebelados.

A esse respeito, gostaria de recorrer à historiadora Ana Maria Mauad, de larga experiência em trabalhos com fotografia, para destacar o caráter de escolha que há no processo. Segundo ela, importa ver a

*... imagem fotográfica enquanto mensagem, estruturada a partir de uma dupla referência: a si mesma (como escolha efetivamente realizada) e àquele conjunto de escolhas possíveis, não efetuadas, que se achavam em relação de equivalência ou oposição com as escolhas efetuadas. Dito em outras palavras, deve-se compreender a fotografia como uma escolha efetuada em um conjunto de escolhas então possíveis.*⁴³

Com isso, toco o ponto nevrálgico da questão. Ao fim e ao cabo, a forma específica que assume a cobertura fotojornalística do evento de Brasília revela-se um processo de escolhas. O componente político-ideológico dessas escolhas deixa seu *status* de não-dito e passa a revelar-se em toda sua extensão, ao ritmo de opções como mostrar um rosto em lágrimas ou um amontoado de capacetes vazios empilhados.

Embora sem levar explicitamente a discussão para esse lado ideológico, um dos grandes mestres da fotografia do século XX já havia ressaltado o caráter determinante das escolhas no processo fotográfico. Concluo o presente esforço com as palavras de Henri Cartier-Bresson, ao falar do que ele chamava de "o momento decisivo":

O olho do fotógrafo está continuamente avaliando. Um fotógrafo pode fazer coincidir linhas simplesmente movendo sua cabeça uma fração de milímetro. Ele pode modificar perspectivas com um mero dobrar de joelhos. Posicionando sua câmera mais perto ou mais longe do tema, ele destaca um detalhe — e isso pode ser controlado, ou ele pode ser tiranizado por isso (...).

44

Quanto de escolhas (conscientes ou inconscientes, ideologicamente induzidas ou não) haverá em nosso fotojornalismo? E em nossa historiografia? Essa é uma discussão para a qual, com a pesquisa, procurei dar minha contribuição.

¹ Este artigo origina-se da monografia de especialização em história cultural, de mesmo título, apresentada pelo autor ao Departamento de História da Universidade de Brasília e aprovada em dezembro de 2006. Para a presente versão, foram suprimidos os capítulos pertinentes à contextualização histórica do chamado “movimento dos sargentos”, ao detalhamento do levante ocorrido em Brasília, em 12 de setembro de 1963, e à apresentação, discussão e descrição das fontes selecionadas, no caso a cobertura fotoperiódica do evento, pelo Correio Braziliense. O que aqui se expõe é um conjunto de reflexões teórico-metodológicas e as conclusões gerais da pesquisa acadêmica. O interessado por um aprofundamento na matéria ou pelas imagens propriamente ditas poderá recorrer à referida monografia, ora disponível naquele Departamento.

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Vinculação institucional: consultor legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

² A respeito da Revolta dos Sargentos de Brasília, cf. PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. Dissertação de Mestrado; Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho; Niterói, Universidade Federal Fluminense - UFF, 1992, 332 p.

³ Para um balanço historiográfico sobre variados aspectos em torno da temática 'esquerda militar no Brasil', ver CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um enfoque ousado. In MORAES, João Quartim de, *A esquerda militar no Brasil*, v. 1: 'Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes'. 2ª edição, rev.; São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.7-20.

⁴ Cf. POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio” (Trad. Dora Rocha Flaksman). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, p. 3-15; e “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.

⁵ Cf. Paulo Cunha, *op.cit.* Vale observar que, apesar de ainda numericamente pouco significativo, o conjunto de estudos envolvendo o tema dos subalternos militares é animadoramente crescente no plano acadêmico.

⁵ Cf., por exemplo, o compêndio editado pelo Estado-Maior do Exército, *História do Exército Brasileiro*. Perfil Militar de um Povo. Brasília, EME, 1972, especialmente v.3, p.982-985.

⁵ Pollak, “Memória, esquecimento, ...”, *op. cit.*, p. 11. O entrecruzamento da temática dos movimentos políticos de praças militares com a da memória, aliás, foi muito bem sucedido em um estudo a respeito das polícias militares: cf. MOROSINI, Liseane. Eles não querem só dinheiro: a greve da PM e a luta dos subalternos militares. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, MG, UFJF, v. 1, n. 2, dezembro de 1997, p. 49. (disponível na internet: “<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>”).

⁵ Pollak, *op.cit.*, *passim*.

⁵ *apud* FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 320.

⁵ GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt* (Trad.: Denise Bottmann), São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.186.

⁵ Ferreira, *op.cit.*, p.321.

⁵ Cf. Paulo Parucker, *op. cit.* (v. nota 2, *supra*).

⁵ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 30.

⁵ Cf. OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. Flashes do passado: o fotojornalismo como fonte histórica. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, MG: UFJF, v. 1, n. 2, dezembro de 1997, p. 6. (disponível na internet: “<http://www.ufjf.br/antiores/publicadas/v1n2.zip>”)

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. Iconografia e História. *Cadernos do ICHF*. Niterói, RJ: UFF, n. 32, setembro de 1990, p. 12.

⁵ Sobre essa tipologia, cf. Boris Kossoy, *op.cit.*, p. 69-80.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 76.

⁶ Cf., por exemplo, o compêndio editado pelo Estado-Maior do Exército, *História do Exército Brasileiro*. Perfil Militar de um Povo. Brasília, EME, 1972, especialmente v.3, p.982-985.

⁷ Pollak, “Memória, esquecimento, ...”, *op. cit.*, p. 11. O entrecruzamento da temática dos movimentos políticos de praças militares com a da memória, aliás, foi muito bem sucedido em um estudo a respeito das polícias militares: cf. MOROSINI, Liseane. Eles não querem só dinheiro: a greve da PM e a luta dos subalternos militares. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, MG, UFJF, v. 1, n. 2, dezembro de 1997, p. 49. (disponível na internet: “<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>”).

⁸ Pollak, *op.cit.*, *passim*.

⁹ *apud* FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 320.

¹⁰ GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt* (Trad.: Denise Bottmann), São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.186.

¹¹ Ferreira, *op.cit.*, p.321.

¹² Cf. Paulo Parucker, *op. cit.* (v. nota 2, *supra*).

¹³ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 30.

¹⁴ Cf. OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. Flashes do passado: o fotojornalismo como fonte histórica. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, MG: UFJF, v. 1, n. 2, dezembro de 1997, p. 6. (disponível na internet: “<http://www.ufjf.br/antiores/publicadas/v1n2.zip>”)

¹⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. Iconografia e História. *Cadernos do ICHF*. Niterói, RJ: UFF, n. 32, setembro de 1990, p. 12.

¹⁶ Sobre essa tipologia, cf. Boris Kossoy, *op.cit.*, p. 69-80.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 76.

¹⁸ Cf. MRAZ, John. A aura de veracidade: ética e metafísica no fotojornalismo (I e II). *Revista Studium*. Campinas, Unicamp, n.º 24, outono de 2006 (I, p. 4).

-
- ¹⁹ Boris Kossoy, *op.cit.*, p. 27.
- ²⁰ Gil Oliveira, *op.cit.*, p. 7.
- ²¹ GONÇALVES, Cássia Denise. O nome das coisas: algumas considerações sobre a leitura de fotografias. *Revista Studium*. Campinas, Unicamp, n.º 5, outono de 2001, p. 1.
- ²² BENTES, Duda. *Repensando o fotojornalismo ou A fotografia de imprensa e a crise da cultura*. Dissertação de mestrado. Brasília, UnB, 1997, p. 52.
- ²³ Gil V. V. Oliveira, *op. cit.*, p. 7.
- ²⁴ Cf. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso*. Campinas, Pontes, 2000, 100p.. *Idem*, "A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil". Conferência proferida no I Seminário de Estudos em Análise de Discurso (SEMEAD). Porto Alegre, UFRGS, 13/11/2003. (Colhido em 18/09/2006, no seguinte endereço: "http://spider.ufrgsbr/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf"). *Idem*, *Discurso & Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed.Univ. Estadual de Campinas, 1988, 118p. A propósito, esclareço que o universo explorado pela referida autora não é o das imagens, mas sim o da escrita, e que a apropriação para o presente viés é (ir)responsabilidade minha, PECP.
- ²⁵ Cf. BAEZA, Pepe. *Por una función crítica de la fotografía de prensa*. (2ª ed.) Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003; Boris Kossoy, *op. cit.*; e ANDRADE, Ana Maria Mauad de Souza. Sob o signo da imagem: a burguesia carioca de 1900-1950. *À Margem - Revista de Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, janeiro/1993, p. 5-14; *Idem*, *Através da imagem: fotografia e história - interfaces*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98 (1-15).
- ²⁶ V. nota 1, *supra*.
- ²⁷ *Correio Braziliense*, 18/09/1963, p.6.
- ²⁸ Eni P. Orlandi, *Discurso e leitura, op.cit.*, p. 17.
- ²⁹ *Idem, ibidem*, 85-86.
- ³⁰ *Correio Braziliense*, sábado, 14 de setembro de 1963, p.8.
- ³¹ Trad. livre do original em espanhol: "... la imagen en geral y la fotografía en particular no es un tipo de mensaje objetivo, ni universal y ni siquiera evidente en su aparición. (...)". Pepe Baeza, *op.cit.*, p. 173.
- ³² Eni Orlandi, *Discurso e leitura, op.cit.*, p. 15.
- ³³ *Idem, ibidem*, p. 20.
- ³⁴ *Id., ibid.*, p. 95.
- ³⁵ *Id., ibid.*, p. 101.
- ³⁶ *Id., ibid.*, p. 21.
- ³⁷ Cf. o art. 183, *caput*, da Constituição Federal de 1946 e o art. 144, §6º, da Constituição Federal de 1988.
- ³⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 9-10.
- ³⁹ *Correio Braziliense*, quarta-feira, 18 de setembro de 1963, p. 6.
- ⁴⁰ *Correio Braziliense*, sexta-feira, 13 de setembro de 1963, p. 4.
- ⁴¹ Cf. LUZ, Olavo (coord.ed.). *27 anos de fotojornalismo. Prêmio Esso de Jornalismo*. Esso Brasileiro, 1988, 52p.
- ⁴² *Idem, ibidem*.
- ⁴³ Ana Maria Mauad de Souza Andrade, *Através da imagem..., op.cit.*, p. 12.
- ⁴⁴ Trad. livre do inglês: "The photographer's eye is perpetually evaluating. A photographer can bring coincidence of line simply by moving his head a fraction of a millimeter. He can modify perspectives by a slight bending of the knees. By placing the camera closer to or farther from the subject, he draws a detail — and it can be subordinated, or he can be tyrannized by it (...)". CARTIER-BRESSON, Henri. The Decisive Moment (1952) (An excerpt.) In GOLDBERG, Vicki (ed.). *Photography in Print*. Writings from 1816 to the Present. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1988, p. 385.